
 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>		
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p>		<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2305</p>		<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP


J193963567304

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		046	1	TRANSFORMACAO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

BELO HORIZONTE
Local

17 Junho 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

☐ NÃO ____/____/____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600780177 em 18/06/2019 da Empresa TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, Nire 31600780177 e protocolo 192600435 - 17/06/2019. Autenticação: 5EE4074B5565919BF224FFB9A7B1DD9C1C97AAD. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/260.043-5 e o código de segurança 2hsx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/260.043-5	J193963567304	17/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
124.762.566-41	DANIEL AUGUSTO MATTOS RIBEIRO DAMASCENO
061.535.196-44	TIAGO ELIAS DA SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE**IZ REPRESENTAÇÕES LTDA****CNPJ: 27.763.508/0001-06****NIRE: 3121085803-1**

Daniel Augusto Mattos Ribeiro Damasceno, brasileiro, solteiro, empresário, com endereço na Rua Domingos Garcia n.º 236, bairro São João Batista, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.520-200 portador da Carteira de Identidade n.º MG- 8.148.690 e CPF n.º 045.789.606-09, *único sócio componente da sociedade empresarial IZ REPRESENTAÇÕES LTDA*, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.763.508/0001-06, sediada na Rua Domingos Garcia n.º 236, bairro São João Batista, Belo Horizonte - MG, CEP 31.520-200, registrada na JUCEMG sob o n.º 3121085803-1, em 18/05/2017, **pelo presente ato decide, de comum acordo, proceder à ALTERAÇÃO CONTRATUAL de seus atos constitutivos para, em seguida, consolidá-los mediante as cláusulas e condições adiante descritas:**

DAS ALTERAÇÕES**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL E SEDE DA EMPRESA**

A empresa IZ REPRESENTAÇÕES LTDA adotará o nome empresarial de TRE 3 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, e a expressão de fantasia passará a ser TRE 3, a sede na Rua Domingos Garcia n.º 236, bairro São João Batista, Belo Horizonte - MG, CEP 31.520-200 passará a ser na RUA JOÃO SAMAHA, N.º 751. BAIRRO SÃO JOÃO BATISTA, município de BELO HORIZONTE – MG, CEP 31.515-393.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO OBJETIVO SOCIAL

O objetivo social que era REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E AGENTES DO COMERCIO DE TÊXTEIS, VESTUÁRIO, CALÇADOS, E ARTIGOS DE VIAGEM, PROMOÇÃO DE VENDAS passará a ser COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTAS DE BOLSAS E CALÇADOS, REPRESENTANTES COMERCIAIS VESTUÁRIOS, CALÇADOS E ARTIGOS DE VIAGEM E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

O sócio, **DANIEL AUGUSTO MATTOS RIBEIRO DAMASCENO**, possuidor de, respectivamente, 100 (cem) quotas (equivalentes a 100% do capital social da Sociedade), por ato de sua vontade retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas ao sócio **TIAGO ELIAS DA SILVA** pelo valor certo e ajustado de, respectivamente, R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais). Os sócios dão plena quitação.

Em consequência da alteração acima descrita, a Cláusula IV do Contrato Social da Sociedade passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL. O Capital Social, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), representado por 40.000 (quarenta mil) de quotas no valor de R\$ 1,00 (um Real) cada uma, já totalmente integralizado, está assim constituído:



Quotista	Quantidade de Quotas	Valor em R\$	Participação
Tiago Elias da Silva	40.000	40.000,00	100,00%
Total	40.000	40.000,00	100,00%

II – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, antes no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), representado por 40.000 (quarenta mil) de quotas no valor de R\$ 1,00 (um Real) aumenta neste ato para 100.000,00 (cem mil reais) divididos em 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada. Capital totalmente integralizado.

INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL

Para aumento do capital foram integralizados 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em moeda corrente do país pelo sócio.

CLÁUSULA QUINTA: DA MODIFICAÇÃO DO TIPO JURÍDICO DA SOCIEDADE

Em face da Alteração antes realizada e do fato de ser o sócio remanescente detentor da totalidade do capital social da Sociedade, decide, o mesmo, como estatuído pelo art. 1.113 do Código Civil, transformá-la em uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, na forma da Lei nº 12.441/11, para o que declara atender os pressupostos e requisitos estabelecidos na referida norma legal para sua constituição.

Em decorrência, a Cláusula I de seu Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA I - DENOMINAÇÃO SOCIAL E SÓCIO

A Sociedade tem a denominação social de **TRE 3 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI**, é Empresa Individual de Responsabilidade Ltda – Eireli, na forma do art. 980-A da Lei nº 10.406/02 – CC (introduzido pela Lei nº 12.411/11), está inscrita no **CNPJ-MF sob nº 27.763.508/0001-06** e tem seus atos constitutivos registrados na Jucemg – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, Número de Identificação de Registro **NIRE 3121085803-1**, sub-rogando-se nos direitos e obrigações de sua anterior denominação e tipo societário. É titular da Sociedade:

TIAGO ELIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, com endereço na Rua Domingos Garcia nº. 751, bairro Belo Horizonte - MG, CEP: 31.520-200 portador da Carteira de Identidade n.º MG- 12.991.693 e CPF n.º 061.535.196-44

CLÁUSULA SEXTA: DA ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A *administração e a gestão da empresa* caberá a titular **Tiago Elias da Silva**, ou a quem este nomear mediante ato constitutivo de nomeação, considerando-se o nomeado investido em seu cargo quando da assinatura deste ao respectivo ato, se não dispuser de forma diversa, devendo, ainda, constar no ato de nomeação (ou ser anexado ao mesmo), a declaração de inexistência de impedimentos para o regular exercício da administração da sociedade.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O titular declara, sob as penas da lei, que não está impedido por norma especial, nem condenado ou sob os efeitos de condenação que o proíba de exercer a administração desta empresa, assim como não está condenado em processo criminal ou incurso em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos ou funções públicas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade (*art. 1.011, § 1º, CC/2002*).

CLÁUSULA OITAVA – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão adotadas por decisão individual do titular, ao qual caberá deliberar e decidir sobre quaisquer matérias relativas à Sociedade, podendo, o mesmo, nestas atividades, ser representado por Procurador ou pelo Administrador nomeado, desde que legalmente constituídos e com expressa outorga de poderes para tal função.

Em face das modificações acima estabelecidas e de novas redações dadas às Cláusulas I, II, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIV e XV, consolida-se o Contrato Social nos termos e cláusulas adiante estabelecidos.

TRE 3 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO – EIRELI

**CNPJ-MF nº 27.763.508/0001-06
NIRE 3121085803-1**

CONTRATO SOCIAL**CLÁUSULA I - DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A Empresa tem a denominação social de **TRE 3 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO – EIRELI**, é Empresa Individual de Responsabilidade Ltda – Eireli, na forma do art. 980-A da Lei nº 10.406/02 – CC (introduzido pela Lei nº 12.411/11), está inscrita no **CNPJ-MF sob nº 27.763.508/0001-06** e tem seus atos constitutivos registrados na Jucemg – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, Número de Identificação de Registro **NIRE 3121085803-1**, sub-rogando-se nos direitos e obrigações de sua anterior denominação e tipo societário. É o titular da empresa:

TIAGO ELIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, com endereço na com endereço na Rua Domingos Garcia nº. 751, bairro Belo Horizonte - MG, CEP: 31.520-200 portador da Carteira de Identidade n.º MG- 12.991.693 e CPF n.º 061.535.196-44

CLÁUSULA II – SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa tem sua sede na RUA JOÃO SAMAHA, Nº 751. BAIRRO SÃO JOÃO BATISTA, município de BELO HORIZONTE – MG, CEP 31.515-393, e seu prazo de duração são indeterminados, podendo a mesma ser modificada, ampliada ou dissolvida em qualquer época, desde que expressamente acordado entre os sócios.

CLÁUSULA III – DO OBJETIVO SOCIAL

A empresa possui como objetivo social: Comércio varejista e atacadista de bolsas e calçados, representantes comerciais vestuário, calçados e artigos de viagem e transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional.

CLÁUSULA IV – DO CAPITAL SOCIAL.

O Capital Social, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um Real) cada uma, já totalmente integralizado, está assim constituído:

Quotista	Quantidade de Quotas	Valor em R\$	Participação
Tiago Elias da Silva	100.000	100.000,00	100,00%
Total	100.000	100.000,00	100,00%

CLÁUSULA V – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração e a gestão da empresa caberá ao titular **TIAGO ELIAS DA SILVA**, ou a quem este nomear mediante ato constitutivo de nomeação, considerando-se o nomeado investido em seu cargo quando da assinatura deste ao respectivo ato, se não dispuser de forma diversa, devendo, ainda, constar no ato de nomeação (ou ser anexado ao mesmo) a Declaração de Inexistência de Impedimentos para o regular exercício da administração da sociedade. Assim, caberá ao sócio titular.

CLÁUSULA VI – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

A titular declara, sob as penas da lei, que não está impedido por norma especial, nem condenado ou sob os efeitos de condenação que o proíba de exercer a administração desta Sociedade, assim como não está condenado em processo criminal ou incurso em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos ou funções públicas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade (*art. 1.011, § 1º, CC/2002*).

CLÁUSULA VII - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social será levantado o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício e demais demonstrações financeiras exigidas por lei, os quais deverão ser aprovados pelo sócio titular. Poderão, semestralmente ou em períodos menores, conforme a legislação, serem levantados balanços intermediários e respectivas demonstrações de contas de resultado.



CLÁUSULA VIII - FALECIMENTO OU IMPEDIMENTO DO SÓCIO

A empresa não se dissolverá em caso de falecimento, impedimento ou interdição do titular, hipótese em que os herdeiros e/ou administrador exercerão, em comum, os direitos do falecido, impedido ou interditado, enquanto a sucessão ou situação jurídica não for resolvida.

Parágrafo Único - Os herdeiros do falecido, impedido ou interditado, poderão estabelecer que a empresa tenha continuidade, providenciando, para tanto, as alterações legais e transformações societárias necessárias à tal evento. Caso contrário, a empresa será dissolvida e realizada a apuração dos haveres e/ou deveres pertencentes a cada um daqueles.

CLÁUSULA IX - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como competente para dirimir as divergências que surgirem da execução deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam digitalmente o presente Ato, individualmente, com o uso de certificação digital.

Belo Horizonte, 01 de Junho de 2019.

DANIEL AUGUSTO MATTOS RIBEIRO DAMASCENO

TIAGO ELIAS DA SILVA





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/260.043-5	J193963567304	17/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
124.762.566-41	DANIEL AUGUSTO MATTOS RIBEIRO DAMASCENO
061.535.196-44	TIAGO ELIAS DA SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



ATO 315

ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME)

- ☐ Empresário
- ☒ Empresa Individual de Responsabilidade Ltda
- ☐ Sociedade Empresária

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O titular, Tiago Elias da Silva da empresa TRE 3 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, com sede à Rua João Samaha, nº 751 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 31210858031 de 18/05/2017 e no CNPJ/MF sob o nº 27.763.508/0001-06, vem declarar que:

a) Adotará o nome empresarial de TRE 3 COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI ME.

b) O movimento da receita bruta anual da empresa ☒ **no exercício anterior não excedeu**

☐ **não excederá**
ao limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

São Jose da Lapa, MG 17 de Junho de 2019.

Tiago Elias da Silva
(Assina Digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600780177 em 18/06/2019 da Empresa TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, Nire 31600780177 e protocolo 192600435 - 17/06/2019. Autenticação: 5EE4074B5565919BF224FFB9A7B1DD9C1C97AAD. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/260.043-5 e o código de segurança 2hsx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 9/12



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/260.043-5	J193963567304	17/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
061.535.196-44	TIAGO ELIAS DA SILVA





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, de nire 3160078017-7 e protocolado sob o número 19/260.043-5 em 17/06/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31600780177, em 18/06/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Márcia Thaise Lima Cruz.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
061.535.196-44	TIAGO ELIAS DA SILVA
124.762.566-41	DANIEL AUGUSTO MATTOS RIBEIRO DAMASCENO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
061.535.196-44	TIAGO ELIAS DA SILVA
124.762.566-41	DANIEL AUGUSTO MATTOS RIBEIRO DAMASCENO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
061.535.196-44	TIAGO ELIAS DA SILVA

Belo Horizonte. Terça-feira, 18 de Junho de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1





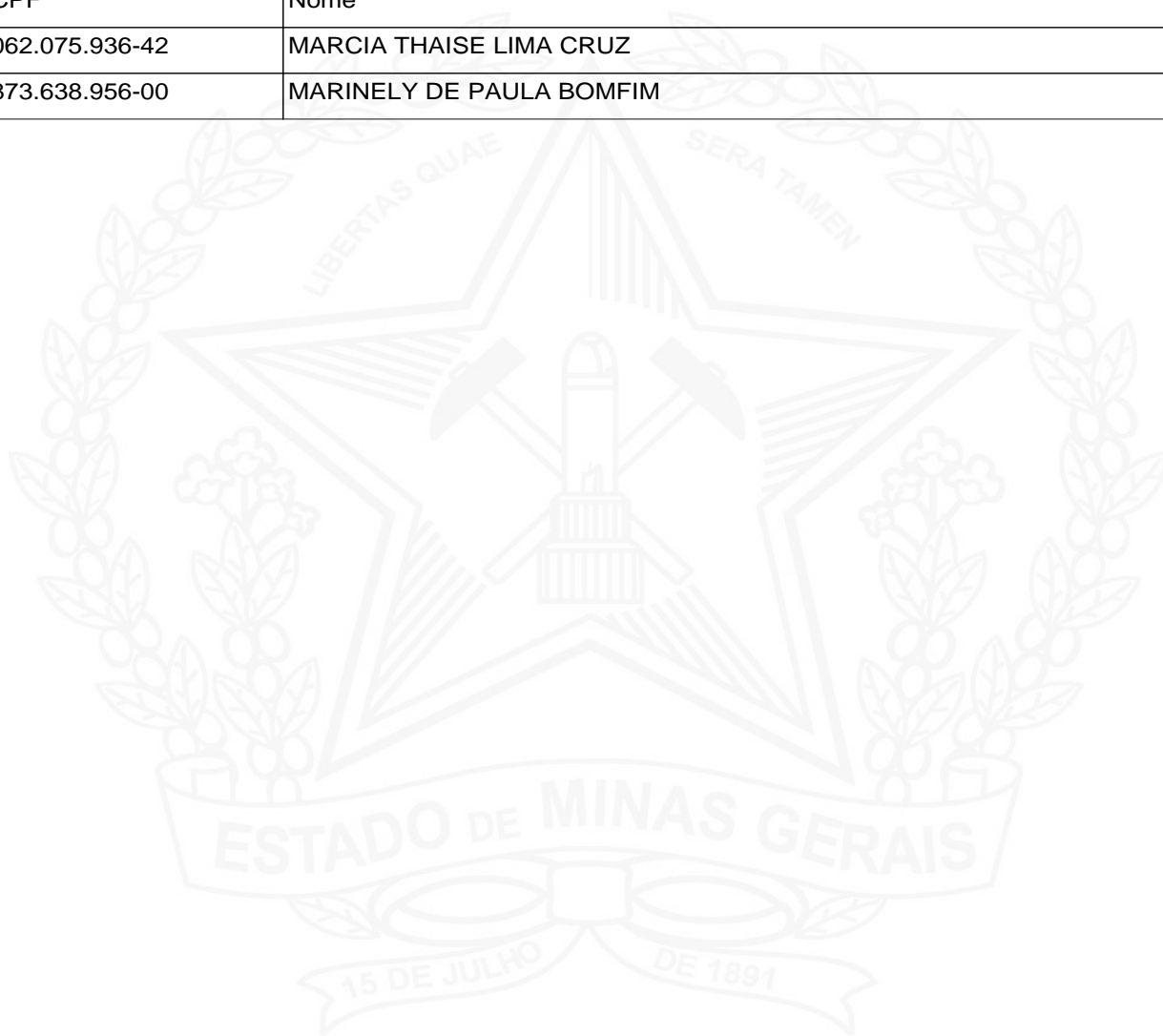
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
062.075.936-42	MARCIA THAISE LIMA CRUZ
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. Terça-feira, 18 de Junho de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31600780177 em 18/06/2019 da Empresa TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, Nire 31600780177 e protocolo 192600435 - 17/06/2019. Autenticação: 5EE4074B5565919BF224FFB9A7B1DD9C1C97AAD. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/260.043-5 e o código de segurança 2hsx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

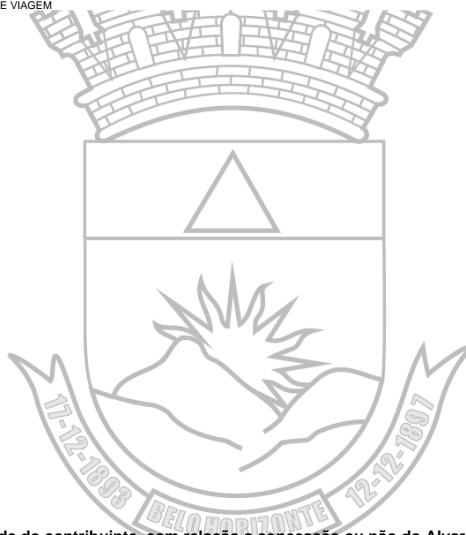
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 12/12

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 1.028.693/001-0		CNPJ / CPF 27.763.508/0001-06	DATA DE INÍCIO 18/05/2017	DATA EMISSÃO 23/07/2020
NOME OU RAZÃO SOCIAL TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)				
NATUREZA JURÍDICA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)				
ÁREA UTILIZADA 40	REGIONAL VENDA NOVA		PORTE DA EMPRESA MICROEMPRESA - ME	
LOGRADOURO RUA JOAO SAMAHA		NÚMERO 751	COMPLEMENTO	
BAIRRO / DISTRITO SAO JOAO BATISTA	CEP 31515-393	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE		UF MG
CPF DO RESPONSÁVEL 110.171.876-57	NOME DO RESPONSÁVEL JOAO VICTOR ANDRADE ROCHA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAL 478220200 COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM				

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

4616-8/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTÉIS, VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTIGOS DE VIAGEM
4643-5/01-00	COMERCIO ATACADISTA DE CALÇADOS
4930-2/02-00	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
4782-2/01-00	COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
4643-5/02-00	COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM



Este documento não implica no reconhecimento da regularidade do contribuinte, com relação a concessão ou não do Alvará de Localização e Funcionamento.

Não faz prova de regularidade fiscal, que por sua vez deve ser feita mediante exibição da Certidão Negativa de Débitos - CND.

Este documento somente fará prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuinte de Tributos Mobiliários-CMC, quando acompanhado do respectivo

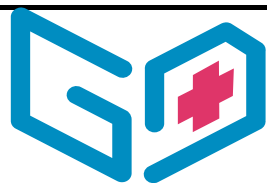
Ato Constitutivo ou de Alteração registrado no órgão competente no caso de Pessoa Jurídica e, no caso de Pessoa Física com apresentação de identidade,

CPF ou Carteira de Órgão de Classe.

- Ocorrendo encerramento de atividade, mudança de endereço ou qualquer outra alteração de dados constantes do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, deverá o contribuinte promover a competente baixa ou atualização no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ocorrido o fato, conforme Decreto Municipal 17.175/2019, sob pena de ser autuado, conforme prevê a letra B do inciso I, art. 7º da Lei 7.378/97;

- Os procedimentos para efetuar a baixa ou atualização dos dados cadastrais, será através da Redesim, e as Informações estão disponíveis através do site www.redesim.gov.br.

- As informações sobre serviços, procedimentos, emissão da FIC - Ficha de Inscrição Cadastral e emissão de formulários do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, estão disponíveis através do site <https://prefeitura.pbh.gov.br/servicos>.




Globodesc

Globodesc Ind. Import e Export de Produtos Médicos Hospitalares

LISTA DE REGISTROS ANVISA - CNPJ: 11.137.546/0001-05

PRODUTO	Nº REGISTRO
Máscara descartável PFF2 sem válvula	81988620001
<input type="checkbox"/> Avental Cirúrgico Descartável SMS Estéril Globodesc	81988620002
<input type="checkbox"/> Avental TNT descartável - Globodesc	81988620003
<input type="checkbox"/> COMPRESSA DE GAZE NÃO ESTÉRIL GLOBODESC	81988620004
<input type="checkbox"/> COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL GLOBODESC	81988620005
<input type="checkbox"/> Avental Cirúrgico Descartável SMS Não Estéril Globodesc	81988620006
<input type="checkbox"/> Campo Operatório Não Estéril Globodesc	81988620007
<input type="checkbox"/> Campo Operatório Com Fio Radiopaco Não Estéril Globodesc	81988620008
<input type="checkbox"/> Máscara descartável PFF2 com válvula GLOBODESC	81988620009
<input type="checkbox"/> Kit Cirúrgico Gineco Uro e Procto Estéril Globodesc	81988620010
<input type="checkbox"/> Máscara descartável em TNT tripla Globodesc	81988620011
<input type="checkbox"/> Kit Cirúrgico Parto Normal Estéril Globodesc	81988620012
<input type="checkbox"/> Touca TNT descartável - Globodesc	81988620013
<input type="checkbox"/> Propé TNT descartável - Globodesc	81988620014
<input type="checkbox"/> Campo Operatório Com Fio Radiopaco Estéril Globodesc	81988620015
<input type="checkbox"/> ATADURA DE CREPOM GLOBODESC	81988620016
<input type="checkbox"/> Protetor ocular para fototerapia Globodesc	81988620017
<input type="checkbox"/> Kit Cirúrgico Universal Estéril Globodesc	81988620018
<input type="checkbox"/> Manta Invólucro SMS para Esterilização Globodesc	81988620019
<input type="checkbox"/> Kit Cirúrgico SMS Universal com Avental Estéril Globodesc	81988620020
<input type="checkbox"/> Kit cirurgico SMS Neuro Estéril Globodesc	81988620021
<input type="checkbox"/> Kit Cirurgico SMS Artroscopia Estéril Globodesc	81988620022
<input type="checkbox"/> Kit Cirurgico SMS Ortopedia Estéril Globodesc	81988620023
<input type="checkbox"/> Kit Cirurgico SMS Universal Estéril Globodesc	81988620024
<input type="checkbox"/> Campo Impermeável para Mesa de Mayo Estéril Globodesc	81988620025
<input type="checkbox"/> Kit Cirurgico SMS Cirurgia Geral Estéril Globodesc	81988620026
<input type="checkbox"/> Kit cirurgico SMS Cardio Estéril Globodesc	81988620027
<input type="checkbox"/> Kit cirurgico SMS Cobertura de Paciente com Reforço Estéril Globodesc	81988620028

RECEBEMOS DE tre3 comercio e representacao eireli OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000.000.309
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1

tre3 comercio e representacao eireli av joao samaha, 751 - - sao joao batista, Belo Horizonte, MG - CEP: 31515393		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.000.309 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 3121 0527 7635 0800 0106 5500 1000 0003 0910 2090 2058 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO venda		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 131214173291867 - 25/05/2021 17:23	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0034723670092	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 27.763.508/0001-06	

DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ/CPF 03.568.867/0001-36	DATA DA EMISSÃO 25/05/2021
NOME/RAZÃO SOCIAL HFA HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS		CEP 70763-900	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
ENDEREÇO setor sudoeste, s/n -	BAIRRO/DISTRITO centro	UF DF	HORA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Brasilia	FONE/FAX	INSCRIÇÃO ESTADUAL	

FATURA
/ Num.: 309 / V. Orig.: 145.000,00 / V. Liq.: 145.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 145.000,00	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 145.000,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS						
RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0-Remetente (CIF)	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE 125	ESPÉCIE caixas	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000	

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
av 02	avental/capote tnt 50g tamanho G Total aproximado de tributos federais, estaduais e municipais: 0,00	56031290	0102	6104	un	25.000,00 00	5,8000	145.000,00					

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Informações Adicionais de Interesse do Fisco: numero do emp enho 2021ne629 dados bancarios santander ag 3471 conta 1 3006653-9	RESERVADO AO FISCO

operações de câmbio, cadastrar senhas, retirar e utilizar cartões magnéticos, participar de licitações, assinando toda a documentação exigida, assinar o que for necessário relativamente ao FGTS, PIS/PASEP; representá-la ainda junto a Embaixadas, Consulados, Alfândegas, fazer remessas para o exterior, ao INSS, companhias de energia elétrica, água e telefônicas, operadoras de internet, DETRAN, órgãos da Receita Federal, requerer e retirar certidões negativas em geral; constituir advogado com os poderes da cláusula *ad judicium* para o foro em geral, requerer, recorrer, transigir, desistir, propor e variar ações; contestá-la defender os direitos e interesses da outorgante e tudo mais praticar para o fiel desempenho deste mandato. O(a-s) outorgante(s) declara(m)-se alertado(s) dos efeitos dos poderes aqui constantes, aceitando e determinando a lavratura do presente instrumento, na forma aqui relatada, assumindo, integralmente, a responsabilidade civil e criminal pelas declarações constantes da presente procuração. Emolumentos: R\$ 137,58; Recomepe: R\$ 8,25; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 45,78; ISS: R\$ 0,00 - Valor total: R\$ 191,61. Quantidade: 1 - (Código: 1458-9) Quantidade: 6 - (Código: 8101-8) Conforme Lei 15.424/2004. Assim o dissera(m), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lido pelo(a-s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram), dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, Priscila Samá Nepomuceno, Escrevente a fiz digitar. Eu, Robson Ribeiro, Tabelião a subscrevo e assino. JOAO VICTOR ANDRADE ROCHA; Robson Ribeiro. Traslada em seguida.

EM TESTO DA VERDADE.

Tabelião

Priscila Samá Nepomuceno - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
Cartório de Notas do Distrito de Venda Nova de Belo Horizonte - MG



Selo de Fiscalização: DUO11105

Código de Segurança: 5384.9252.5549.0563

Quantidade de Atos: 7

Atos praticado(s) por: Priscila Samá Nepomuceno - Escrevente

Valor: R\$ 145,83; Taxa de Fiscalização: R\$ 45,78; Total: R\$ 191,61; ISS: R\$ 0,00

Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>





MUNICÍPIO E COMARCA DE BELO HORIZONTE
DISTRITO DE VENDA NOVA

Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas

Oficial: Robson Ribeiro

Av. Vilarinho, 2851 - Tel. (31) 3408-4950

LIVRO: 804

FOLHA: 080

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 02 (dois) dias do mês de julho do ano de 2020 (dois mil e vinte), nesta Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, no Cartório de Notas do Distrito de Venda Nova à Av. Vilarinho, nº 2851, endereço eletrônico: procuracao@cartoriovendanova.net.br compareceu como outorgante: **TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI**, CNPJ nº 27.763.508/0001-06, endereço eletrônico: contato@tre3calcados.com.br, com sede na Rua João Samaha, nº 751, Bairro São João Batista, cep 31.515-393, Belo Horizonte, Minas Gerais, cadastrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, JUCEMG, em 18 de maio de 2017, sob NIRE nº 3180078017-7, cuja cópia fica aqui arquivada às fls. 157 a 161 do livro 106-RD; neste ato representada por seu titular **JOAO VICTOR ANDRADE ROCHA**, brasileiro, filho de Marcos Willians da Costa Rocha e Rose Andrade do Nascimento Rocha, solteiro, sem união estável, maior, empresário, C.I. MG-17.607.677 expedido por PC/MG, CPF nº 110.171.876-57, endereço eletrônico: não possui, residente e domiciliado na Rua Domingos Garcia, nº 236, Bairro São João Batista, cep 31.520-200, Belo Horizonte, Minas Gerais. Parte(s) que se identificou(ram) ser(em) a(s) própria(s), conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pelo(a-s) outorgante(s) me foi dito que, nomeia(m) e constitui(em) seu(a-s) bastante(s) procurador(a-es): **ZEYNER RIBEIRO SANTOS**, brasileiro, filho de Zozimo Araujo dos Santos e Maria Celma Ribeiro Santos, casado, empresário, C.I. MG-8.148.690 expedido por SSP/MG, CPF nº 045.789.606-09, endereço eletrônico: zeynersantos@gmail.com, residente e domiciliado na Rua Domingos Garcia, nº 236, Bairro São João Batista, cep 31.520-200, Belo Horizonte, Minas Gerais; com amplos e gerais poderes para resolver os assuntos e os negócios da firma outorgante, podendo comprar e vender mercadorias ligadas ao seu ramo de negócio; representá-la perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, Secretarias da Fazenda, cartórios, Sindicatos, Juntas Comerciais, Ministério, perante clientes, fornecedores, empregados e onde mais preciso for; emitir e assinar notas promissórias, títulos, duplicatas, recibos e quaisquer outros documentos que se fizerem necessários; dar e receber quitação; assinar carteiras profissionais, admitir e demitir empregados; representá-la junto ao Ministério do Trabalho e Justiça de Trabalho, assinar rescisão de contrato de trabalho, fazer acordos, dar baixa em carteiras profissionais; abrir, movimentar e/ou encerrar contas corrente, poupança e outras aplicações financeiras em quaisquer órgãos bancários, em especial no Banco Santander, Banco Bradesco, Banco do Brasil, emitindo e endossando cheques, sustar, contra ordenar cheques, retirar cheques devolvidos, efetuar movimentação por meio eletrônico, requisitando saldos, extratos de contas e talões de cheques, efetuando depósitos e retiradas; receber, dar recibo e quitação, efetuar aplicações e resgates, transferência de numerário,

AB 4521255



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 346, DE 12 DE MARÇO DE 2020

(Publicada no DOU nº 50, de 13 de março de 2020)

Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em Reunião Extraordinária Interna - RExtra nº 4, realizada em 12 de março de 2020, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivos

Art. 1º Esta Resolução define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamentos e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus.

Seção II

Da Abrangência

Art. 2º Os procedimentos estabelecidos nesta Resolução se aplicam às petições de certificação de boas práticas de fabricação.

CAPÍTULO II

DA CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Art. 3º Para fins da certificação de boas práticas de fabricação, nos termos desta Resolução, fica permitida a utilização temporária e emergencial de informações provenientes de Autoridades Regulatórias Estrangeiras em substituição às inspeções sanitárias realizadas pela Anvisa para fins de Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Parágrafo único. As autoridades Regulatórias Estrangeiras para fins das ações descritas no caput são aquelas membros do:

I- PIC/S (Pharmaceutical Inspection Cooperation Scheme) para as certificações relacionadas a medicamentos e insumos farmacêuticos;

II-MDSAP (Medical Device Single Audit Program) para as certificações relacionadas a produtos para saúde; ou

III- Programme to rationalize international GMP inspections of active pharmaceutical ingredients/active substance manufacturers para as certificações relacionadas a insumos farmacêuticos.

Art. 4º Na vigência desta Resolução, é permitida, a utilização temporária e emergencial, pela Anvisa, de mecanismos de inspeção remota, em substituição à inspeção sanitária presencial para fins de Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

§ 1º A inspeção remota é realizada por meio de tecnologias de videoconferência e transmissão de dados para verificação das boas práticas de fabricação.

§ 2º A inspeção remota substitui a necessidade da presença dos inspetores in loco na planta produtiva.

Art.5º A validade da Certificação de Boas Práticas de Fabricação concedida nos termos do art. 3º ou art. 4º desta Resolução será de dois anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art.6º O disposto no art. 3º desta Resolução não se aplica quando a última inspeção realizada pela Anvisa tenha considerado o estabelecimento como inapto ao fornecimento de produtos ao mercado brasileiro.

Art.7º Os mecanismos alternativos e temporários de certificação descritos no art. 3º e no art. 4º aplicam-se, somente, às petições protocoladas antes da vigência desta Resolução.

§ 1º Considera-se como exceção ao previsto no caput a solicitação de certificação de boas práticas de fabricação para medicamento ou produto da saúde que atendam ao menos uma das seguintes condições:

I- produtos destinados ao controle, diagnóstico, prevenção ou tratamento para atender às necessidades de saúde causada pelo novo Coronavírus;



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

II- produto essencial para manutenção da vida cuja disponibilidade esteja ameaçada por desabastecimento (iminente ou instalado) no mercado nacional motivado por razão comprovadamente ligada ao novo Coronavírus.

§ 2º O desabastecimento, iminente ou instalado, no mercado nacional de medicamentos ou produtos para saúde deve ser atestado pela empresa solicitante da certificação.

§ 3º A empresa deve informar quanto ao cenário de ausência de substitutos de medicamentos ou produtos para saúde já registrados.

§ 4º Será validada pela Anvisa, atendido os requisitos, a ausência de substitutos de medicamentos ou produtos para saúde já registrados.

Art. 8º Nos casos em que o medicamento ou produto para saúde, objeto do pedido de certificação de boas práticas de fabricação, não possa ser certificado pelos mecanismos alternativos descritos nesta Resolução, fica a Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária autorizada a emitir uma Certificação Temporária quando os condicionantes abaixo forem integralmente atendidos:

I- medicamento ou produto de saúde utilizados em casos de grave risco à saúde destinados ao controle, diagnóstico, prevenção ou tratamento para atender às necessidades de saúde causada pelo novo Coronavírus;

II- produto essencial para manutenção da vida cuja disponibilidade esteja ameaçada por desabastecimento (iminente ou instalado) no mercado nacional motivado por razão comprovadamente ligada ao novo Coronavírus;

III- a certificação em Boas Práticas de Fabricação for o único impedimento ao registro sanitário e à comercialização do produto.

§ 1º O desabastecimento, iminente ou instalado, no mercado nacional de medicamentos ou produtos para saúde deve ser atestado pela empresa solicitante da certificação.

§ 2º A empresa deve informar quanto ao cenário de ausência de substitutos de medicamentos ou produtos para saúde já registrados.

§ 3º Será validada pela Anvisa, atendido os requisitos, a ausência de substitutos de medicamentos ou produtos para saúde já registrados.

Art. 9º A certificação temporária concedida nos termos do art 8º tem a mesma validade vinculada à vigência desta Resolução.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Parágrafo Único. Finda a validade da certificação temporária a Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária deverá adotar, em regime de prioridade, os mecanismos convencionais de certificação.

Art. 10. As empresas certificadas nos termos desta Resolução podem ser inspecionadas a qualquer tempo pela Anvisa, disso podendo resultar o cancelamento do Certificado emitido e a adoção das demais medidas sanitárias restritivas caso se conclua pelo não cumprimento das Boas Práticas de Fabricação.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. Esta Resolução tem validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Esta Resolução pode ser renovada por iguais e sucessivos períodos, caso a pandemia do novo Coronavírus mantenha inviável a realização das inspeções internacionais pela Anvisa.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

Diretor-Presidente Substituto



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO

Portaria nº 102, de 20 de março de 2020.

Suspende a compulsoriedade da certificação de suprimentos médico-hospitalares para enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio e Serviços;

Considerando a pandemia do coronavírus (COVID-19) que configura uma emergência de saúde pública de preocupação internacional (alto risco global);

Considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC nº 349, de 19 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de regularização de equipamentos de proteção individual, de equipamentos médicos do tipo ventilador pulmonar e de outros dispositivos médicos identificados como estratégicos pela Anvisa, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências;

Considerando a necessidade de manter o fornecimento adequado de suprimentos médico-hospitalares para enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19), de forma a propiciar sua rápida fabricação ou importação e distribuição em todo país;

Considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.003422/2020-23, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Portaria, a compulsoriedade da certificação de Luvas Cirúrgicas e de Procedimento Não Cirúrgico de Borracha Natural, Borracha Sintética e de Misturas de Borrachas Sintéticas, estabelecida na Portaria Inmetro nº 332, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º Fica suspensa, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Portaria, a compulsoriedade da certificação de Luvas de Proteção Contra Agentes Biológicos, Não Sujeitas ao Regime de Vigilância Sanitária, de Borracha Natural, Borracha Sintética, Misturas de Borracha Natural e Sintética, e de Policloreto de Vinila, estabelecida na Portaria Inmetro nº 123, de 06 de março de 2015.

Art. 3º Fica suspensa, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Portaria, a compulsoriedade da certificação de Equipamento de Proteção Individual (EPI) – Peça Semifacial Filtrante para Partículas, estabelecida na Portaria Inmetro nº 561, de 23 de dezembro de 2014.

Art. 4º Exceto pela certificação, que passa a ter caráter voluntário, os requisitos previstos nas Portarias referenciadas nos artigos anteriores, devem seguir sendo cumpridos pelos fornecedores.

Parágrafo único. Caso o fornecedor opte por não certificar o produto, deve manter registros do cumprimento dos requisitos técnicos previstos, por meio de ensaios realizados em laboratório acreditado pela Cgcre/Inmetro ou por membro dos acordos de reconhecimento mútuo do **International Laboratory Accreditation Cooperation – ILAC**, ou outro critério que vier a ser determinado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou Secretaria Especial da Previdência e do Trabalho do Ministério da Economia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JÚNIOR



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020

(Publicada no DOU Extra nº 56 – C, de 23 de março de 2020)

Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, IV, aliado ao art. 53, V do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS- CoV-2.

Art. 2º A fabricação e importação de máscaras cirúrgicas, respiradores particulados N95, PFF2 ou equivalentes, óculos de proteção, protetores faciais (face shield), vestimentas hospitalares descartáveis (aventais/capotes impermeáveis e não impermeáveis), gorros e propés, válvulas, circuitos e conexões respiratórias para uso em serviços de saúde ficam excepcional e temporariamente dispensadas de Autorização de Funcionamento de Empresa, da notificação à Anvisa, bem como de outras autorizações sanitárias.

Art. 3º A dispensa de ato público de liberação dos produtos objeto deste regulamento não exime:

I - o fabricante e importador de cumprirem as demais exigências aplicáveis ao controle sanitário de dispositivos médicos, bem como normas técnicas aplicáveis; e

II - o fabricante e importador de realizarem controles pós-mercado, bem como de cumprirem regulamentação aplicável ao pós-mercado.

Art. 4º O fabricante ou importador é responsável por garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos fabricados em conformidade com este regulamento.

Art. 5º As máscaras cirúrgicas devem ser confeccionadas em material Tecido-Não-Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, possuir, no mínimo, uma



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

camada interna e uma camada externa e, obrigatoriamente, um elemento filtrante, de forma a atender aos requisitos estabelecidos nas seguintes normas técnicas:

I - ABNT NBR 15052:2004 - Artigos de não tecido de uso odonto-médico-hospitalar - máscaras cirúrgicas - Requisitos; e

II - ABNT NBR 14873:2002 - não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar - Determinação da eficiência da filtração bacteriológica.

§ 1º A camada externa e o elemento filtrante devem ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos).

§ 2º A máscara deve ser confeccionada de forma a cobrir adequadamente a área do nariz e da boca do usuário, possuir um clipe nasal constituído de material maleável que permita o ajuste adequado do contorno do nariz e das bochechas.

§ 3º O TNT utilizado deve ter a determinação(*) da eficiência da filtração bacteriológica pelo fornecedor do material, cujo elemento filtrante deve possuir eficiência de filtragem de partículas (EFP) > 98% e eficiência de filtragem bacteriológica (BFE) > 95%.

§ 4º É proibida a confecção de máscaras cirúrgicas com tecido de algodão, tricoline, TNT ou outros têxteis que não sejam do tipo "Não tecido para artigos de uso odonto-médico- hospitalar" para uso pelos profissionais em serviços de saúde.

Art. 6º Os protetores faciais do tipo peça inteira devem atender aos requisitos estabelecidos na seguinte norma técnica:

I - ABNT NBR ISO 13688:2017 - Proteção ocular pessoal - Protetor ocular e facial tipo tela - Requisitos.

§ 1º Os protetores faciais não podem manter saliências, extremidades afiadas, ou algum tipo de defeitos que podem causar desconforto ou acidente ao usuário durante o uso.

§ 2º Deve ser facilitada a adequação ao usuário, a fim de que o protetor facial permaneça estável durante o tempo esperado de utilização.

§ 3º As faixas utilizadas como principal meio de fixação devem ser ajustáveis ou autoajustáveis e ter, no mínimo, 10 mm de largura sobre qualquer parte que possa estar em contato com o usuário.

§ 4º O visor frontal deve ser fabricado em material transparente e possuir dimensões mínimas de espessura 0,5mm, largura 240 mm e altura 240mm.

Art. 7º Os respiradores filtrantes para partículas (PFF) classe 2, N95 ou equivalentes devem ser fabricados parcial ou totalmente de material filtrante que suporte o manuseio e



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

uso durante todo o período para qual foi projetado, de forma a atender aos requisitos estabelecidos nas seguintes normas técnicas:

I - ABNT NBR 13698:2011 - Equipamento de proteção respiratória - peça semifacial filtrante para partículas; e

II - ABNT NBR 13697:2010 - Equipamento de proteção respiratória - Filtros para partículas.

§ 1º Os materiais utilizados não podem ser conhecidos como causadores de irritação ou efeitos adversos à saúde, como também não podem ser altamente inflamáveis.

§ 2º Qualquer material liberado pelo meio filtrante e pelo fluxo de ar através deste meio não pode constituir risco ou incômodo para o usuário.

§ 3º Todas as partes desmontáveis, se existentes, devem ser facilmente conectadas e mantidas firmemente na peça.

§ 4º A resistência à respiração imposta pela PFF, com ou sem válvula, deve ser a mais baixa possível e não deve exceder aos seguintes valores:

I - 70Pa em caso de inalação com fluxo de ar contínuo de 30L/min;

II - 240Pa em caso de inalação com fluxo de ar contínuo de 95L/min;e

III - 300Pa em caso de exalação com fluxo de ar contínuo de 160L/min;

§ 5º A penetração dos aerossóis de ensaio através do filtro da PFF não pode exceder em momento algum a 6%.

§ 6º A válvula de exalação, se existente, deve ser protegida ou ser resistente às poeiras e danos mecânicos.

§ 7º A concentração de dióxido de carbono no ar inalado, contido no volume morto, não pode exceder o valor médio de 1% (em volume).

Art. 8º As vestimentas hospitalares devem ser fabricadas em material Tecido-não-Tecido (TNT) para uso odonto-médico-hospitalar, ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos) e atender aos requisitos estabelecidos nas seguintes normas técnicas, conforme aplicável:

I - ABNT NBR ISO 13688:2017 - Vestimentas de proteção - Requisitos gerais;

II - ABNT NBR 16064:2016 - Produtos têxteis para saúde - Campos cirúrgicos, aventais e roupas para sala limpa, utilizados por pacientes e profissionais de saúde e para equipamento - Requisitos e métodos de ensaio;



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

III - ABNT NBR 14873:2002 - não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar - Determinação da eficiência da filtração bacteriológica; e

IV - ISO 16693:2018 - Produtos têxteis para saúde - Aventais e roupas privativas para procedimento não cirúrgico utilizados por profissionais de saúde e pacientes - Requisitos e métodos de ensaio.

§ 1º Deve ser facilitada a adequação ao usuário, a fim de que a vestimenta permaneça estável durante o tempo esperado de utilização, por meio de (*)sistema de ajuste ou faixas de tamanhos adequados.

§ 2º Para maior proteção do profissional, a altura do avental deve ser de, no mínimo, 1,5 cm, medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior, e garantir que nenhuma parte dos membros superiores fique descoberta por movimentos esperados do usuário.

§ 3º A vestimenta deve fornecer ao usuário um nível de conforto adequado com o nível requerido de proteção contra o perigo que pode estar presente, as condições ambientais, o nível das atividades dos usuários e a duração prevista de utilização da vestimenta de proteção.

§ 4º Vestimentas (avental/capote) não impermeáveis com barreira para evitar a contaminação da pele e roupa do profissional devem ser fabricadas com gramatura mínima de 30g/m².

§ 5º Vestimentas (avental/capote) impermeáveis devem ser fabricadas com gramatura mínima de 50g/m² e possuir eficiência de filtração bacteriológica (BFE) > 99%.

Art. 9º Fica permitida a aquisição de equipamentos de proteção individual, ventiladores pulmonares, circuitos, conexões e válvulas respiratórios, monitores paramétricos e outros dispositivos médicos, essenciais para o combate à COVID-19, novos e não regularizados pela Anvisa, desde que regularizados e comercializados em jurisdição membro do International Medical Device Regulators Forum (IMDRF), por órgãos e entidades públicas e privadas, bem como serviços de saúde, quando não disponíveis para o comércio dispositivos semelhantes regularizados na Anvisa.

§ 1º A indisponibilidade de produtos regularizados na Anvisa deve ser evidenciada e arquivada à documentação do processo de aquisição.

§ 2º Os dispositivos médicos devem ser expostos ao uso com suas instruções de uso traduzidas para a língua portuguesa quando essas forem essenciais ao adequado funcionamento do produto.



Ministério da Saúde - MS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

§ 3º O serviço de saúde em que o equipamento eletromédico seja instalado é responsável pela instalação, manutenção, rastreabilidade e monitoramento durante todo o período de vida útil do dispositivo, incluindo seu descarte.

Art. 10. Fica permitido o recebimento, em doação, de equipamentos de proteção individual, ventiladores pulmonares, circuitos, conexões e válvulas respiratórios, monitores paramétricos e outros dispositivos médicos essenciais para o combate à COVID-19, novos regularizados e comercializados em jurisdição membro do International Medical Device Regulators Forum (IMDRF), por órgãos e entidade públicas e serviços de saúde públicos e privados.

§ 1º Quando os produtos previstos no caput não atender ao requisito da regularização e comercialização em jurisdição de membro do IMDRF, o responsável pela doação, antes da importação, deve solicitar prévia autorização da Anvisa;

§ 2º A solicitação deve ser acompanhada da ficha técnica e das especificações do produto, país de origem e fabricante.

§ 3º Os dispositivos médicos devem ser expostos ao uso com suas instruções de uso traduzidas para a língua portuguesa quando essas forem essenciais ao adequado funcionamento do produto.

Art. 11. Esta Resolução tem validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

Diretor-Presidente Substituto

DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA - DML

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - Pessoa Jurídica

Nº do Alvará: 2020020458 **Data Concessão:** 10/09/2020 **Data de Validade:** 10/09/2025

Nº do Processo de Concessão: Emitido pela internet

SITUAÇÃO: Ativo **Responsável** Gerência de Licenciamento de Atividades Econômicas

A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

DADOS DO LICENCIADO

CNPJ: 27.763.508/0001-06 **Inscr. Municipal:** 1.028.693/001-0 **Data de Registro:** 05/06/2020

Razão Social: TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI

Nome Fantasia:

O local é residência de um dos sócios da empresa: Não

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Índice Cadastral do IPTU: 908067 015 0017 **Regional:** VENDA NOVA - VN3

Endereço: RUA JOAO SAMAHA

Número: 751

Bairro: SAO JOAO BATISTA

Município: Belo Horizonte

CEP: 31515-393

Tipo de imóvel constante no IPTU: CASA

Área utilizada(m²): 40,00

INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL

Permissividade da via: Vias de Caráter Misto - VM

Classificação da via: COLETORA

Largura da via: >= 15M

Zoneamento: OP-1 - Ocupacao Preferencial - 1

Área de Diretrizes Especiais (ADE): não inserido

Demais informações urbanísticas do imóvel:

Centralidade local; Conexão Verde; OUC CORREDOR ANTÔNIO CARLOS / PEDRO I E DO EIXO LESTE-OESTE
; OUC Vetor Norte SUBAREA IV - AREA DE INFLUENCIA INDIRETA

ATIVIDADES

Código Descrição

Subcategoria: COMÉRCIO	Tipologia: Comércio varejista de artigos e aparelhos de uso pessoal e domiciliar
478220200	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE VIAGEM (Grupo I)
478220100	COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS (Grupo I)
Subcategoria: COMÉRCIO	Tipologia: Comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico
464350200	COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM (Grupo II)
464350100	COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS (Grupo II)
Subcategoria: SERVIÇO	Tipologia: Serviços técnico- profissionais
461680000	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTEIS, VESTUARIO, CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM (Grupo I) - Não exercida no local
Subcategoria: SERVIÇO	Tipologia: Serviços auxiliares de transportes e viagens
493020200	TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL (Grupo III) - Não exercida no local



ATIVIDADES AUXILIARES

CÓDIGO

DESCRIÇÃO

Tipologia: ATIVIDADES AUXILIARES

A Escritório / sede administrativa de empresa (Grupo II)

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

- Todos os documentos indicados nas exigências para funcionamento da atividade deverão estar disponíveis no estabelecimento, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes

CONDIÇÕES GERAIS PARA FUNCIONAMENTO

- Para o funcionamento da atividade, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações constantes neste documento.

- Nos empreendimentos situados em terrenos com frente para logradouros de permissividade de usos diferentes, o acesso ao empreendimento por via na qual o uso não é permitido é condicionada a parecer favorável da Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN, nos casos que não se enquadram no art. 1º da Portaria SMPU 028/2020 (Lei 11.181/19, artigo 176, §5º). Informações sobre como solicitar o parecer da SUPLAN podem ser obtidas em servicos.pbh.gov.br, no link <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5f159ffa9d569f7c4d4e29e6>

De posse do parecer favorável ao acesso pela via no qual o uso não é permitido, solicitar o serviço de Consulta prévia manual para que essa informação seja incluída na consulta de viabilidade e consequentemente no Alvará de Localização e Funcionamento.

- O exercício da atividade não residencial deverá ocorrer em conformidade com os termos do alvará de localização e funcionamento, especialmente aqueles referentes às atividades licenciadas, à área utilizada e às restrições ou condições específicas de funcionamento. Caso haja alteração de atividade(s), área utilizada, endereço do estabelecimento, ou demais condições que estejam em desacordo com as informações constantes neste documento, deverá ser providenciado novo alvará de localização e funcionamento (Lei 11.181/19, artigo 339, §º3).

- Caso sejam utilizados terrenos adjacentes ou com frentes para outra(s) via(s), deverá ser realizada consulta de viabilidade para os demais índices cadastrais e endereços. Havendo resultados negativos, é necessário verificar a possibilidade de EXTENSÃO DE USO conforme §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 176 da Lei 11.181/2019. Caso haja extensão de uso, a possibilidade de acesso ao empreendimento pela via para a qual a atividade não seja admitida deverá ser avaliada mediante requerimento de consulta prévia manual.

- Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.

- Em imóveis de propriedade pública, o exercício da atividade somente pode ser autorizado mediante obtenção de termo de permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.

- O alvará de localização e funcionamento deverá ficar afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização. (Decreto 14.060/2010, artigo 6º, parágrafo único)

- A emissão de ruídos, sons e vibrações, em ambientes confinados ou não, deverão obedecer às determinações da Lei municipal 9.505/2008.

- A atividade deve ser exercida dentro dos limites da área informada, não sendo permitida a utilização de espaço público, como calçadas, praças entre outros, exceto nos casos de obtenção de licenças específicas para tal (mesas e cadeiras, toldos, etc).

- Caso o imóvel possua Área de Preservação Permanente (APP), esteja a menos de 30m de curso d'água em leito natural e/ou a 50m de nascente ou insurgência d'água, solicitar avaliação da SMMA.

- Estabelecimentos que revendam ou façam uso de gás liquefeito de petróleo ou similares são obrigados a implantar sistema eletrônico de alarme sonoro e luminoso detector do gás (Lei 10.270/2011, artigo 1º).

- Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte passam por constantes processos de consolidação e adequação, podendo, o Executivo promover a qualquer tempo sua retificação total ou parcial. Portanto o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, caso se enquadre em algum critério de adequação (Lei Municipal n.º 9.691/2009, artigo 41).

- Para a instalação de engenho de publicidade (placas ou similares) obter licença específica junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 281). Para obter informações sobre licença de engenho de publicidade, acesse o link: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6a7597ea9b0e547c484d9e>

Para a instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio obter licença de toldo junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 84). Para obter informações sobre licença de toldo, acesse o link: <https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6fb6acea9b0e547cd7016c>

- É responsabilidade do empreendedor a garantia do exercício das atividades econômicas com o cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas a elas pela Lei



DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA - DML

11.181/19 ou no processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, bem como com o atendimento às condições de segurança previstas na legislação pertinente. (Lei 11.181/19, artigo 339, §4º).

- O munícipe é responsável pela veracidade das informações por ele prestadas ao Executivo (Lei 11.181/19, artigo 346 § 3º).

- O consumo humano de água potável somente pode ser realizado por meio do sistema público de abastecimento de água (COPASA), não sendo permitida a utilização de fontes alternativas de água para consumo humano como poço tubular, cacimba, nascente, entre outros. (Lei Federal 11.445/2007 e Lei Municipal 7.031/1996)



Painel de Controle

Razão social	CNPJ / CPF
TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI	27.763.508/0001-06

Endereço
RUA DOMINGOS GARCIA, 236. BAIRRO SAO JOAO BATISTA 31.520-200 MG

Seu requerimento foi processado com sucesso. A empresa deve aguardar a vistoria fiscal para o licenciamento.

Processo corrente

[work](#) [Novo processo](#) [refresh](#) [Atualizar status](#)

Número do processo	↑↓	Data de início do processo	↑↓	Status
140162		07/05/2020		Guia não liberada para pagamento.

Histórico de Processos

Num. Processo	↑↓	Situação	↑↓	Pendências	↑↓	Alvará	↑↓
Não existem registros a exibir.							

« < 1 > »

Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, IV, aliado ao art. 53, V do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve, ad referendum, adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e determinar a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução dispõe da forma e procedimento, relativos aos recursos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.

Art. 2º A fabricação e importação de máscaras cirúrgicas, respiradores particulados N95, PFF2 ou equivalentes, óculos de proteção, protetores faciais (face shield), vestimentas hospitalares descartáveis (aventaís/capotes impermeáveis e não impermeáveis), gorros e propés, válvulas, circuitos e conexões respiratórias para uso em serviços de saúde ficam excepcional e temporariamente dispensadas de Autorização de Funcionamento de Empresa, da notificação à Anvisa, bem como de outras autorizações sanitárias.

Art. 3º A dispensa de ato público de liberação dos produtos objeto deste regulamento

I - o fabricante e importador de cumprir as demais exigências aplicáveis ao controle sanitário de dispositivos médicos, bem como normas técnicas aplicáveis; e

II - o fabricante e importador de realizarem controles pós-mercado, bem como de cumprirem regulamentação aplicável ao pós-mercado.

Art. 4º O fabricante ou importador é responsável por garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos fabricados em conformidade com este regulamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO MATO GROSSOHOSPITAL
UNIVERSITÁRIO
JULIO MÜLLEREBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MÜLLER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO
Rua Luis Philippe Pereira Leite, s/nº - Bairro Alvorada
Cuiabá-MT, CEP 78048-902
- <http://hujm.ebserh.gov.br>

Despacho - SEI

CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A EMPRESA TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, INSCRITA NO CNPJ
SOB Nº 27.763.508/0001-06, FORNECEU A ESTE ÓRGÃO:

ITEM: AVENTAL HOSPITALAR PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO 100%
POLIPROPILENO, GRAMATURA 50 G/M.

QUANTIDADE: 30.000 UNIDADES

SENDO QUE ATÉ A PRESENTE DATA NADA CONSTA QUE DESABONE A SUA CONDUTA EM RELAÇÃO À QUALIDADE DO
MATERIAL ADQUIRIDO, COMO TAMBÉM DOS PRAZOS ACORDADOS.



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Barbosa de Oliveira, Chefe de Unidade**, em
09/06/2021, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do
[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14143996**
e o código CRC **1E36919A**.

Referência: Processo nº 23532.004636/2021-51 SEI nº 14143996

ATACADAO DAS BOLSAS E ACESSORIOS LTDA


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, Inscrita no CNPJ nº 27.763.508/0001-06, Sediada à RUA: JOAO SAMAHA, Nº 751, São João Batista, BH-MG, CEP: 31.515-393 é fornecedora a esta empresa de materiais, tal como:

Mascaras, Avental, Calçados e Bolsas.

Atestamos ainda que o referido material foi fornecido de forma satisfatória e que, até o momento, nada consta em nossos registros que desabone a conduta da empresa.

Belo Horizonte, 05 de Julho de 2019


DANIEL AUGUSTO MATTOS RIBEIRO DAMASCENO
Diretor Administrativo
CPF: 124.762.566-41

AV: Governador Valadares Nº 251, Bairro: Centro, CEP: 35.350-000 – Raul Soares/MG
CNPJ: 28.625.570/0001-96
Tel/Fax: (11) 95393-6316

Operações Comerciais

PRODUTOS SELECIONADOS - CARTAO									
Produto	Descrição				Embal	IC	V	P	Preço unit
									L
10.20.016	TNT 20 BRANCO X 1500MT (K)				MT	18	N	N	0,8000
									B
									10500,000

Liq/Bruto : 220,500 / 220,500
Itens : 1
Cliente : CONSUMIDOR-000000001
Pagamento : A vista-001

valor produtos : 8.400,0000
Acrésc/Desconto : 0,0000
valor total : 8.400,0000
valor parcelas : 1 x 8.400,00

ESC Retorna F1 Ajuda = Menu de opções +-*/ Executa opção desejada LC = B



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI			
Natureza Jurídica:	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade	
3160078017-7	27.763.508/0001-06	18/05/2017	05/05/2017	
Endereço Completo: RUA DOMINGOS GARCIA 236 - BAIRRO SAO JOAO BATISTA (VENDA NOVA) CEP 31520-200 - BELO HORIZONTE/MG				
Objeto Social: COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE BOLSAS E CALCADOS, REPRESENTANTES COMERCIAIS VESTUARIO, CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM E TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.				
Capital Social: CEM MIL REAIS	Capital Integralizado: R\$ 100.000,00 CEM MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte MICRO EMPRESA (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO	
Titular/Administrador				
CPF/NIRE	Nome	Término de Mandato	Função	
110.171.876-57	JOAO VICTOR ANDRADE ROCHA	xxxxxxx	TITULAR / ADMINISTRADOR	
Status: xxxxxxxx		Situação: ATIVA		
Último Arquivamento: 10/03/2021		Número: 8418196		
Ato 002 - ALTERACAO				
Evento(s) 2211 - ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO				
Empresa(s) Antecessora(s)				
Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
IZ REPRESENTACOES LTDA - ME	3121085803-1	31600780177	xx	TRANSFORMACAO
NADA MAIS#				

Belo Horizonte, 30 de Abril de 2021 18:44

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001058230 e visualize a certidão)



21/382.640-2

Código do Produto: N070B040
 Código do Cliente: -
 Código da Especificação: SMS 70 BO 40 FITO
 Site: Gravataí
 Data do Documento: 01/04/2020

1 - Aplicação

Roupas médicas

2 - Matérias Primas

100% Polipropileno

3 - Propriedades Físicas

Propriedade	Método	Unidade	Mínimo	Objetivo	Máximo	Observações
Gramatura	NWSP 130.1	g/m ²	38,0	40,0	42,0	
Resistência MD	NBR 13041	N	90,0	120,0	-	
Resistência CD	NBR 13041	N	55,0	70,0	-	
Coluna d'Água	NWSP 080.6	cmH2O	40,0	48,0	-	
Permeabilidade ao Ar	NWSP 070.1	l/min/cm ²	1,0	2,0	5,0	
Delaminação	NBR 14621	N/in ²	38,0	45,0	-	

4 - Atributos de Bobina

Atributo	Método	Unidade	Mínimo	Objetivo	Máximo	Observações
Largura	Interno	mm	-5,0	(*)	+5,0	(*) Conforme acerto com área comercial
Diâmetro	Interno	mm	-50,0	(*)	+50,0	(*) Conforme acerto com área comercial
Metragem Linear	Interno	m	-100,0	(*)	+100,0	(*) Conforme acerto com área comercial
Efeito Telescópico	Interno	mm	-	-	15,0	

5 - Atributos de Embalagem

Atributo	Unidade	Mínimo	Objetivo	Máximo	Observações
Diâmetro do Tubete	pol	-	3,0	-	
Varição do Diâmetro Interno do Tubete	mm	76,0	77,0	78,0	
Varição da Espessura do Tubete	mm	9,1	9,5	9,9	
Diâmetro do Disco de Papelão	mm	-100,0	-50,0	Diâmetro do rolo	
Tipo de Embalagem do Pacote	Filme Stretch				
Paletização	Conforme solicitado				

6 - Eficiência a Filtração Bacteriana (BFE)

O teste de BFE é realizado para determinar a eficiência a filtração bacteriana do produto. BFE é uma propriedade controlada através da análise amostral externa realizada pelo laboratório Nelson Labs, alcançando valor mínimo de 90%, de acordo com o requerido pela regulamentação técnica.

7 - Embalagem e Identificação

A Fitesa tem a responsabilidade de embalar o material de forma a preservar a qualidade e prevenir danos e/ou contaminações durante o transporte e armazenamento do mesmo. A identificação do material é feita de forma que as seguintes informações são fornecidas: nome do fornecedor, nome do material, código do produto, lote de produção, largura, metragem e ordem de produção.

Modelo de Etiqueta de Bobina



Diagrama de uma etiqueta de bobina com campos para: PALLET (05), FITESA NAO TECIDOS S. A. - BRASIL, CNPJ: 93.211.084/0002-74, PRODUTO CLIENTE/PRODUCT CUSTOMER (BOCS00), DESCRICAO DO PRODUTO/PRODUCT DESCRIPTION (FALSO TESSAO DE FILAMENTOS SINTETICOS), PESO LÍQUIDO/NET WEIGHT (25.00), PESO BRUTO/GROSS WEIGHT (1.300.00), DATA-TIPO/DATE-SHIFT (11/07/18-D), e uma seta indicando a direção da bobina.

Modelo de Etiqueta de Pacote



Diagrama de uma etiqueta de pacote com campos para: Etiqueta/Label (BOCSP6), Lote/Lot Number (7186035516), FITESA NAO TECIDOS S. A. - BRASIL, CNPJ: 93.211.084/0002-74, PRODUTO CLIENTE/PRODUCT CUSTOMER (BOCSP6), DESCRICAO DO PRODUTO/PRODUCT DESCRIPTION (FALSO TESSAO DE FILAMENTOS SINTETICOS SRS 130 250/18 PP), PESO LÍQUIDO/NET WEIGHT (35.66), PESO BRUTO/GROSS WEIGHT (1.280.50), DATA-TIPO/DATE-SHIFT (11/07/18-D), e uma seta indicando a direção da bobina.

8 - Cuidados com Manuseio

Movimentar o material somente com empilhadeira/paleteira ou semelhante.

A pressão das clamps não deve exceder 50 bar para produtos SpunMelt e 20 bar para Acquisition Layer.

Material não resistente à intempéries.



- Não lavar
- Não alvejar
- Não passar
- Não limpar a seco, não remover manchas com solventes

9 - Armazenagem

O material deve ser armazenado em local seco e não sujeito a grandes variações de temperatura e/ou umidade.

Sugere-se que se mantenha o material afastado de veículos geradores de NOx. Esses compostos podem causar amarelamento prematuro do não tecido, mesmo em níveis baixos de exposição.

10 - Critério de Aceitação do Produto

A Fitesa deve enviar produtos que atendam os requisitos descritos nesse documento. Qualquer desvio deve ser comunicado ao cliente antes do envio do material.

11 - Observações Gerais

Todas as informações contidas nessa especificação são consideradas propriedades de caráter confidencial entre a Fitesa e o cliente.

A Fitesa não fará alterações na composição, na matéria prima e/ou no método ou local de produção do não tecido, além das mudanças normais para controlar o produto dentro dos parâmetros desta especificação, sem a notificação prévia e a aprovação do cliente.

A Fitesa irá assegurar que as boas práticas sejam cumpridas durante todo o processo de produção a fim de permitir a rastreabilidade do material e manter o processo e os dados do produto ao longo de, no mínimo, um ano.

É de responsabilidade da Fitesa assegurar que os planos de amostragem possuam embasamento estatístico e que as amostras de ensaios sejam representativas do lote em questão.

Quando armazenado nas condições sugeridas e na embalagem original, o material apresenta vida útil de dois anos a partir da data de fabricação.

As propriedades do não tecido, pela própria natureza do produto, podem variar com o tempo. Para maiores informações, entre em contato com a equipe técnica da Fitesa.

12 - Informação Regulatória

Este material atende às análises previstas na RDC 142, do Ministério da Saúde do Brasil, nos requisitos de qualidade para fornecedores de matérias primas presentes em produtos absorventes descartáveis de uso externo.

Revisão	Data	Motivo da Revisão
0	01/04/2020	Elaboração do documento

Elaborado por:	Aprovado por:
Leonardo Zarpelon	Carla Morel

Bacterial Filtration Efficiency (BFE) and Differential Pressure (Delta P) Final Report

Test Article: -SSMMS 40 g/m² - LOT #508351
Purchase Order: A02721
Study Number: 1247842-S01
Study Received Date: 06 Dec 2019
Testing Facility: Nelson Laboratories, LLC
6280 S. Redwood Rd.
Salt Lake City, UT 84123 U.S.A.
Test Procedure(s): Standard Test Protocol (STP) Number: STP0004 Rev 18
Deviation(s): None

Summary: The BFE test is performed to determine the filtration efficiency of test articles by comparing the bacterial control counts upstream of the test article to the bacterial counts downstream. A suspension of *Staphylococcus aureus* was aerosolized using a nebulizer and delivered to the test article at a constant flow rate and fixed air pressure. The challenge delivery was maintained at $1.7 - 3.0 \times 10^3$ colony forming units (CFU) with a mean particle size (MPS) of $3.0 \pm 0.3 \mu\text{m}$. The aerosols were drawn through a six-stage, viable particle, Andersen sampler for collection. This test method complies with ASTM F2101-19 and EN 14683:2019, Annex B.


The Delta P test is performed to determine the breathability of test articles by measuring the differential air pressure on either side of the test article using a manometer, at a constant flow rate. The Delta P test complies with EN 14683:2019, Annex C and ASTM F2100-19.

All test method acceptance criteria were met. Testing was performed in compliance with US FDA good manufacturing practice (GMP) regulations 21 CFR Parts 210, 211 and 820.

Test Side: Either
BFE Test Area: ~40 cm²
BFE Flow Rate: 28.3 Liters per minute (L/min)
Delta P Flow Rate: 8 L/min
Conditioning Parameters: $85 \pm 5\%$ relative humidity (RH) and $21 \pm 5^\circ\text{C}$ for a minimum of 4 hours
Positive Control Average: 2.2×10^3 CFU
Negative Monitor Count: <1 CFU
MPS: 3.0 μm




Study Director


Janelle R. Bentz, M.S.


Study Completion Date



1247842-S01

Results:

Test Article Number	Percent BFE (%)
1	91.4

Test Article Number	Delta P (mm H ₂ O/cm ²)	Delta P (Pa/cm ²)
1	4.1	39.7

The filtration efficiency percentages were calculated using the following equation:

$$\% BFE = \frac{C - T}{C} \times 100$$

C = Positive control average

T = Plate count total recovered downstream of the test article

Note: The plate count total is available upon request



ANALI - 095

Laboratório Analítico Habilitado pela ANVISA

Veja o escopo no site da ANVISA:
http://www.anvisa.gov.br/reblas/bio/anal/analitico_095.htm

RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 99164/2020A
Teste de Eficiência da Filtração Bacteriana "BFE- NBR 14873"
Não Tecidos para artigos de uso odonto-médico-hospitalar

São Paulo, 24 de Julho de 2020.	
INDÚSTRIA DE FELTROS SANTA FÉ S/A	Av Antonio Bardella 780 - Cid Ind Sat Cumbica
Solicitante: Roberto De Azevedo Amado Junior	CEP: 07.220-020 - Guarulhos/SP

Material: TNT Branco Laminado 50g/m ² -1,40m -1000m	
Data de entrada: 21/07/2020	Hora de entrada: 13:30
Embalagem: Plástica	Condições de transporte: Temperatura Ambiente

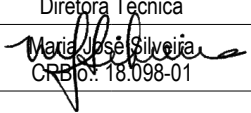
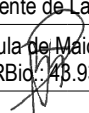
Descrição da amostra:

Marca: Santa Fé Lote: Julho 2020 Composição: 60% Polipropileno e 40% Filme Polietileno Gramatura: 50g/m ² ± 5% Quantidade de Camadas: 1 Camada Cor: Branca Tamanho: 15 x 15 Fabricante: Indústria de Feltros Santa Fé S/A		
Nº do Produto: 01	Data da Fabricação: Julho/2020	Data de Validade: Indeterminado

Micro-organismo utilizado: *Staphylococcus epidermidis* ATCC 14990

Resultado: A amostra apresentou 99,99% de eficiência de filtração bacteriana.

Metodologia: ABNT NBR 14873: 2002 Não tecido para artigos de uso Odonto-médico-hospitalar - Determinação da eficiência da filtração bacteriológica.
Observação: Este ensaio tem seu valor restrito somente à(s) amostra(s) entregue(s) a CONTROLBIO. O presente documento de resultado(s) de ensaio(s), foi emitido em uma via original, respondendo o Laboratório, apenas pela veracidade desta via.

Diretora Técnica  CRBio: 18.098-01	Gerente de Laboratório  Paula de Maio Trezza CRBio: 48.933/01-D
---	---

Controlbio Assessoria Técnica Microbiológica S/S Ltda.

Rua Comendador Elias Assi, 645 - Caxingui - CEP 05516-000 - São Paulo - SP

Laboratório de Ensaio acreditado pela CGCRE de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, sob número CRL 0545, escopo disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0545.pdf>

Visualize os ensaios habilitados na ANVISA/REBLAS em www.controlbio.com.br/

SERPRO
Assinado digitalmente por:
TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



SERPRO
Assinado digitalmente por:
TRE 3 COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	MG-17.607.677
DATA DE EXPEDIÇÃO	20/01/2020
NOME	JOAO VICTOR ANDRADE ROCHA
FILIAÇÃO	MARCO WILLIANS DA COSTA ROCHA
ROSE ANDRADE DO NASCIMENTO ROCHA	
NATURALIDADE	ITABIRA-MG
DOC. ORIGEM NASC.	LV-94 FL-179
ITABIRA-MG	
CPF	110.171.876-57
DATA DE NASCIMENTO	24/10/1995
LEITICIA BAPTISTA GAMBOGE REIS	
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
Sistema Gráfico Eletrônico	